



Relatório de Contas 2016

Câmara Municipal do Fundão



Departamento de Administração e
Finanças

Relatório de Contas 2016

Câmara Municipal do Fundão

Índice

Conteúdo

Índice.....	1
Execução Orçamental.....	2
Resumo Global	2
Receita	2
Despesa	5
Grandes Opções do Plano.....	7
Valor executado no ano por objetivo	7
Peso relativo de execução por objectivo	7
Balanço.....	9
Ativo	9
Passivo e Capital Próprio.....	10
Demonstração de Resultados.....	12
Custos.....	12
Proveitos	12
Recursos Humanos.....	14
Dívida e Endividamento.....	16
Natureza da dívida.....	16
Dívida e Lei das Finanças Locais	17
Limite da Dívida	17
Pagamentos em atraso.....	17
Equilíbrio Orçamental.....	17
Aplicação de Resultados.....	18
Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação	18

Execução Orçamental

No ano 2016 foi elaborado um orçamento de base zero dado que nos encontramos em plena execução do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) e se tem vindo a proceder à monitorização do PAF aprovado no âmbito do PAEL.

Neste relatório ir-se-á integrar e considerar como integralmente reproduzido o relatório de acompanhamento do Plano de Ajustamento do ano 2016, o qual irá comparar o previsto no referido plano e o executado, nunca confundindo com a previsão orçamental (que ajustou alguns desvios) e a execução, o que será o alvo principal deste relatório.

De seguida iremos apresentar os níveis de execução e quadros resumo em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2016 e de anos anteriores, por forma a ter uma perspectiva de evolução.

Resumo Global

Receitas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Receitas Correntes	24.806.962,00	25.236.817,30	21.225.272,57	84%
Receitas de Capital	4.033.235,00	4.994.967,00	4.534.547,32	91%
Saldo da Gerência		383.423,80	383.423,80	100%
<i>Total Receitas</i>	28.840.197,00	30.615.208,10	26.143.243,69	85%
Despesas				
Despesas Correntes	16.563.414,00	17.204.055,62	15.239.818,47	89%
Despesas de Capital	12.276.783,00	13.411.152,48	10.574.731,44	79%
<i>Total Despesas</i>	28.840.197,00	30.615.208,10	25.814.549,91	84%

O aumento que se verifica entre o orçamento inicial e o final, deve-se essencialmente à contratação do empréstimo de curto prazo pelo valor de 2.200.000,00 do qual foi utilizado e amortizado na gerência 1.740.000,00, e à receita consignada proveniente da requalificação de escolas no âmbito do Portugal 2020.

Receita

O grau de execução da receita global em 2016 foi de 85,39% conforme se poderá verificar no mapa do controlo orçamental da receita.

Nestes termos afirma-se que foi cumprido o estatuído no nº 3 do artigo 56º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI - Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

Receitas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Receitas Correntes	24.806.962,00	25.236.817,30	21.225.272,57	84%
Receitas de Capital	4.033.235,00	4.994.967,00	4.534.547,32	91%
Saldo da Gerência		383.423,80	383.423,80	100%
<i>Total Receitas</i>	28.840.197,00	30.615.208,10	26.143.243,69	85%

O aumento global do orçamento da receita foi produto de uma revisão para utilização do saldo da gerência e alterações previstas por conta da contratação do empréstimo de curto prazo e receitas consignadas de programas de participação.

Receitas Correntes

O nível de execução das receitas correntes foi de 84%. Estas receitas pela sua característica apresentam um carácter certo e permanente, flutuando essencialmente em função da conjuntura económica.

	2014	2015	2016	Evolução
Impostos Directos	4.627.544,55	4.919.229,41	4.783.871,55	-2,75%
Impostos Indirectos	150.469,87	147.402,70	148.938,06	1,04%
Taxas, Multas e outras Penalidades	394.332,41	373.018,27	371.642,94	-0,37%
Rendimentos de Propriedade	2.077.141,22	2.335.892,45	2.031.422,20	-13,03%
Transferências Correntes	10.432.772,87	10.752.000,28	10.709.017,31	-0,40%
Venda de Bens e Prestação Serviços	2.679.033,35	3.153.063,94	2.870.536,88	-8,96%
Outras Receitas Correntes	505.494,60	314.324,33	309.843,63	-1,43%
	20.866.788,87	21.994.931,38	21.225.272,57	-3,50%

Este ano verificamos uma redução global nas receitas correntes, contrariando a tendencia do passado.

Esta redução provem de vários factores:

Nos impostos directos foi pela aplicação automática da isenção do IMI sobre a residência permanente desde que o rendimento do agregado fosse inferior a um valor pré-estabelecido de 14.630,00 e o valor patrimonial não fosse superior a 66.500,00.

Nas restantes receitas correntes a redução deve-se à redução dos volumes facturados, e aos atrasos nos pagamentos de terceiros (rendimentos de propriedade e transferências correntes).

Receitas de Capital

À excepção das transferências do Estado (FEF – Capital), esta receita tem um perfil de natureza pontual e quase extraordinária.

	2014	2015	2016	
Vendas de Bens de Investimento	123.441,25	7.767,50	445.000,00	5629%
Transferências de Capital	2.762.071,45	3.976.765,30	2.165.885,03	-46%
Activos Financeiros	-	10.028,23	2.994,59	-70%
Passivos Financeiros	-	-	1.740.000,00	
Outras Receitas de Capital	981.824,66	71.186,88	169.421,21	138%
Rep. não abatidas nos pagamentos	19.315,16	49.733,93	11.246,49	-77%
	3.886.652,52	4.115.481,84	4.534.547,32	10%

Em 2016 foi efectuada a alienação de bens de investimento já esperada, nomeadamente as fracções utilizadas pela Cerfundão, Lda, um fogo de habitação no bairro do fomento e o recebimento da alienação das partes de capital da Cerfundão, Lda.

O valor que justifica o aumento de 10% em receitas de capital provem não só das alienações como também da utilização do empréstimo de curto prazo pelo valor de 1.740.000,00 totalmente liquidado.

Despesa

Neste capítulo apresentamos a execução orçamental da despesa.

Despesas				
Despesas Correntes	16.563.414,00	17.204.055,62	15.239.818,47	89%
Despesas de Capital	14.276.783,00	13.411.152,48	10.574.731,44	79%
<i>Total Despesas</i>	30.840.197,00	30.615.208,10	25.814.549,91	84%

Apresentamos um grau de execução global do lado da despesa de 84%, como se poderá confirmar no mapa de controlo orçamental da despesa.

Despesas Correntes

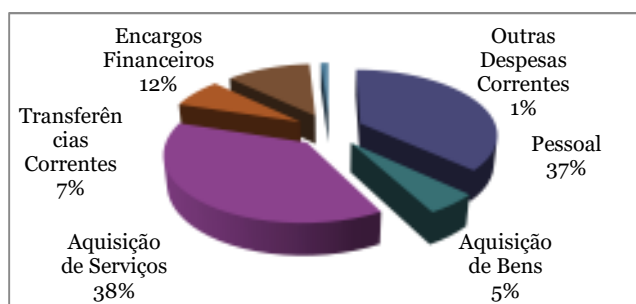
	2013	2014	2015	2016	
Pessoal	6.163.882,25	5.955.174,74	5.872.585,55	5.626.791,13	-4,19%
Aquisição de Bens	1.786.672,20	918.027,78	917.415,03	792.045,59	-13,67%
Aquisição de Serviços	13.991.096,03	5.468.683,90	5.705.302,16	5.744.132,07	0,68%
Transferências Correntes	1.161.242,10	998.995,77	847.860,10	1.114.791,70	31,48%
Encargos Financeiros	1.947.997,67	2.341.948,21	1.410.981,18	1.800.791,65	27,63%
Outras Despesas Correntes	240.063,73	137.820,63	249.798,18	161.266,33	-35,44%
	25.290.953,98	15.820.651,03	15.003.942,20	15.239.818,47	1,57%

Verifica-se um aumento global de 1,57% influenciado pelo aumento em transferências correntes e encargos financeiros, as despesas de pessoal e aquisição de bens reduziram.

O aumento reflectido em aquisições de serviços é equivalente à inflação calculada em 2015 de 0,6%

Note-se que em 2015 transitou-se uma nota de juros para pagamento em janeiro de 2016 o que justifica o aumento reflectido, o que se poderá confirmar no quadro de análise dos custos financeiros.

O peso relativo das rubricas é o que se apresenta a seguir:



Despesas de Capital

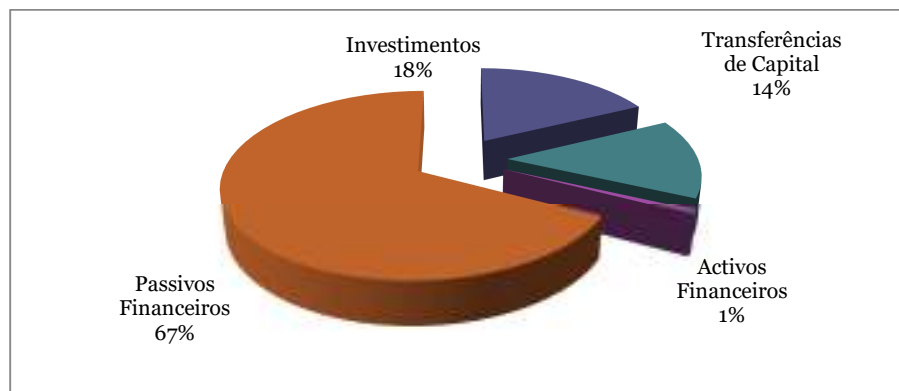
Investimentos	3.983.018,14	5.767.922,00	1.882.870,57	-206%
Transferências de Capital	1.396.705,33	1.245.191,03	1.481.980,86	16%
Activos Financeiros	-	159.633,00	79.816,50	-100%
Passivos Financeiros	4.655.138,21	4.927.881,70	7.130.063,51	31%
Outras Despesas de Capital	-			
	10.034.861,68	12.100.627,73	10.574.731,44	-14%

Verifica-se uma redução de 14% em despesas de capital. À excepção das transferências de capital e dos passivos financeiros as despesas de capital reduziram significativamente.

Note-se que em 2016 a redução do investimento é fruto do atraso do programa de financiamento Portugal 2020 que transformou os anos 2016 e 2017 em anos de transição dos quadros comunitários, com enorme prejuízo para todo o investimento do municípios portugueses.

Os passivos financeiros estão influenciados em 1.740.000,00 por força do empréstimo de curto prazo liquidado pela totalidade utilizado.

O peso relativo das despesas de capital é o que se apresenta de seguida:

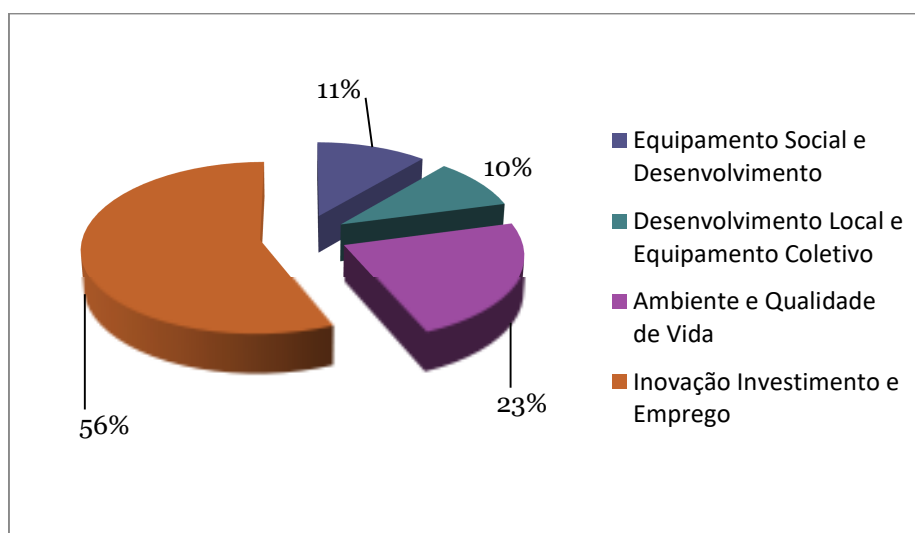


Grandes Opções do Plano

Valor executado no ano por objetivo

	2016
Equipamento Social e Desenvolvimento	1.837.556,25
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	1.565.445,38
Ambiente e Qualidade de Vida	3.700.778,02
Inovação Investimento e Emprego	9.186.258,17
	16.292.053,82

Peso relativo de execução por objectivo



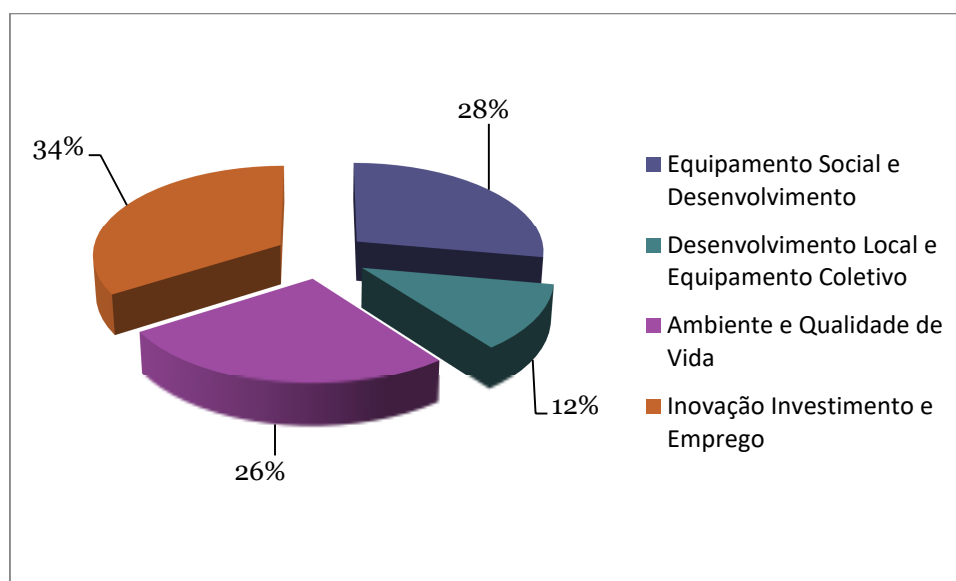
A distribuição das despesas constantes nos 4 objetivos das Grandes Opções do Plano revelam de forma clara as prioridades do atual executivo, com grande relevo para o objetivo da Inovação, Investimento e Emprego que apresenta 56% .

Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos a distribuição da despesa de investimento do ano por objectivo obtemos o seguinte quadro:

	2016
Equipamento Social e Desenvolvimento	523.385,44
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	221.900,91
Ambiente e Qualidade de Vida	499.001,00
Inovação Investimento e Emprego	638.583,22
	1.882.870,57

Que apresenta a seguinte distribuição quanto ao peso relativo de cada objectivo:



No capítulo do investimento em 2016 verificou-se uma distribuição equitativa nos diferentes objectivos.

Note-se que para despesas de natureza distinta do investimento o objectivo com maior peso é o Ambiente e Qualidade de Vida. Esta realidade justifica-se plenamente, pois neste objetivo insere-se as actividades mais onerosas do Município, como é a limpeza e higiene, recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos e líquidos e iluminação pública.

Balanço

Ativo

Para melhor compreensão e ou justificação de alguns valores e ou particularidade da conta remete-se para as notas ao balanço e demonstração de resultados.

	2015	2016	Diferencial	
Bens de Domínio Publico	82.210.277,59	79.495.322,40	- 2.714.955,19	-3,30%
Imobilizações Incorpóreas	404.639,86	272.595,22	- 132.044,64	-32,63%
Imobilizações Corpóreas	67.788.137,75	67.142.549,67	- 645.588,08	-0,95%
Investimentos Financeiros	4.896.772,28	4.895.566,28	- 1.206,00	-0,02%
Existências	23.187,51	38.632,13	15.444,62	-
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	10.029.414,29	8.290.481,31	- 1.738.932,98	-17,34%
Títulos Negociáveis	-	-	-	-
Depósitos em Instituições Financeira e Caixa	741.145,83	622.455,81	- 118.690,02	-16,01%
Acréscimos e Diferimentos	5.333.104,12	5.442.855,81	109.751,69	2,06%
	171.426.679,23	166.200.458,63	- 5.226.220,60	-3,05%
Amortizações Acumuladas	50.341.511,17	55.376.551,31	5.035.040,14	10,00%
Provisões	303.477,94	1.003.940,44	700.462,50	230,81%
Ativo Bruto	222.071.668,34	222.580.950,38	10.916.053,08	4,92%

Passivo e Capital Próprio

Passivo

Passivo Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	2014	2015	2016	Diferença	%
Dívidas a Instituições de Crédito	66.577.500,06	60.545.547,18	55.093.936,31	- 5.451.610,87	-9%
Outros Credores de Médio e Longo Prazo	2.836.349,19	2.344.634,88	2.011.884,62	- 332.750,26	-14%
	69.413.849,25	62.890.182,06	57.105.820,93	- 5.784.361,13	-9%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				-	
Empréstimo de M/L a pagar no ano seguinte	5.417.622,20	6.521.693,38	6.578.675,74	56.982,36	1%
Adiantamento por Conta de Vendas	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	0%
Fornecedores C/C e Conferência	792.405,57	924.183,57	846.240,18	- 77.943,39	-8%
Fornecedores de Imobilizado C/C	696.872,37	414.156,39	618.149,29	203.992,90	49%
Estado e Outros Entes Públicos	106.391,37	90.046,42	74.457,43	- 15.588,99	-17%
Administração Autárquica	91.655,65	119.219,31	114.982,54	- 4.236,77	-4%
Outros Credores	653.481,68	1.501.845,02	1.091.395,31	- 410.449,71	-27%
	7.763.428,84	9.576.144,09	9.328.900,49	- 247.243,60	-3%
Total Dívidas	77.177.278,09	72.466.326,15	66.434.721,42	- 6.031.604,73	-8%
Provisões para Riscos e Encargos	22.618.201,57	22.229.090,55	23.346.633,17	1.117.542,62	5%
Acréscimos e Diferimentos	41.594.221,52	40.257.812,48	40.023.808,98	- 234.003,50	-1%
	64.212.423,09	62.486.903,03	63.370.442,15	883.539,12	1%
Total do Passivo	141.389.701,18	134.953.229,18	129.805.163,57	- 5.148.065,61	-4%

O passivo tem vindo progressivamente a diminuir, por força do esforço do município e da consolidação financeira efectuada em 2012/2013, através do PAEL e Saneamento Financeiro.

A dívida de curto prazo expurgada do valor dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no prazo de um ano (6.578.675,74) totaliza 2.750.224,75 quando em 2015 era de 3.054.450,71 reduzindo desta forma 304.225,96.

Realça-se a redução global do passivo de 5.148.065,61 de 2015 para 2016 e da dívida de 6.031.604,60.

Capital Próprio

Esta grandeza do Balanço reflecte o valor patrimonial da entidade, ou seja o valor que a entidade reflecte quando aos ativos se deduzem os passivos (dívidas, riscos potenciais- provisões, e direitos obtidos cujo proveito será aplicado por força da utilização de infraestruturas ao longo do tempo – diferimentos).

Esta grandeza aumentou em 2016 em 2% e valor absoluto 855.609,19 que resultou como se pode confirmar anteriormente pela redução do passivo.

	2014	2015	2016	Variação	%
Fundos Próprios					
Património	39.317.632,73	39.381.295,73	39.381.295,73	-	0%
Reservas	563.627,82	563.627,82	563.627,82	-	0%
Resultados Transitados	- 9.447.863,44	- 7.904.348,09	- 3.826.983,37	4.077.364,72	107%
Resultado Líquido do Exercício	- 160.217,45	3.499.110,41	277.354,88	- 3.221.755,53	-1162%
	30.273.179,66	35.539.685,87	36.395.295,06	855.609,19	2%

Demonstração de Resultados

Custos

	2014	2015	2016	Varição	%
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	29.675,85	79.874,58	150.176,56	70.301,98	88,02%
Fornecimento de Serviços Externos	5.975.738,55	5.821.970,08	6.397.403,44	575.433,36	9,88%
Remunerações	4.647.615,00	4.707.157,99	4.733.924,73	26.766,74	0,57%
Encargos Sociais	1.218.629,29	1.161.890,10	1.171.587,42	9.697,32	0,83%
Transferências Correntes e Prestações Sociais	726.991,38	833.801,28	785.266,46	- 48.534,82	-5,82%
Amortizações do Exercício	5.095.032,47	5.054.361,94	5.053.985,08	- 376,86	-0,01%
Provisões do Exercício	3.681.455,90	3.315.283,05	2.869.172,02	- 446.111,03	13,46%
Outros Custos e Perdas Operacionais	101.065,56	133.982,31	112.434,72	- 21.547,59	16,08%
Total de Custos Operacionais	21.476.204,00	21.108.321,33	21.273.950,43	165.629,10	0,78%
Custos e Perdas Financeiras	2.694.932,26	1.936.506,63	1.827.433,69	- 109.072,94	-5,63%
Custos e Perdas Extraordinárias	1.322.487,88	1.687.641,23	1.927.386,68	239.745,45	14,21%
Total de Custos	25.493.624,14	24.732.469,19	25.028.770,80	296.301,61	1,20%

Em matéria de custos, ou seja daquilo que se gastou para o funcionamento dos serviços e para a prestação de serviços públicos da responsabilidade do Município ao concelho do Fundão, ocorreram custos de 25.028.770,80 em 2016. Em relação ao ano 2015 houve um aumento de custos operacionais de 0,78%, ou seja directamente influenciados pela inflação que se estabeleceu em 2015 em 0,6%. Em matéria de pessoal o aumento reflectido deve-se ao aumento do salário mínimo nacional e à reposição e anulação das reduções aplicadas em anos anteriores.

Proveitos

	2014	2015	2016	Varição	%
Vendas de Produtos	586.317,27	778.919,04	985.162,86	206.243,82	20,93%
Prestações de Serviços	1.972.423,64	2.035.621,81	1.910.446,87	- 125.174,94	-6,55%
Impostos e Taxas	5.380.735,79	5.371.474,09	5.234.568,38	- 136.905,71	-2,62%
Proveitos suplementares	2.065.740,53	2.130.970,58	1.981.482,30	- 149.488,28	-7,54%
Transferências e subsídios obtidos	11.385.653,80	11.889.433,55	11.563.741,83	- 325.691,72	-2,82%
Total de Proveitos Operacionais	21.390.871,03	22.206.419,07	21.675.402,24	- 531.016,83	-2,45%
Proveitos e ganhos financeiros	28.896,85	286.893,32	376.853,10	89.959,78	23,87%
Proveitos e ganhos extraordinários	3.913.638,81	5.738.267,21	3.253.870,34	- 2.484.396,87	-76,35%
Total de Proveitos	25.333.406,69	28.231.579,60	25.306.125,68	- 2.925.453,92	-11,56%

No capítulo dos proveitos verificamos uma redução global de 11,56%.

A redução com maior significado é de proveitos e ganhos extraordinários, rubrica de proveitos onde são registadas as comparticipações obtidas. Este valor reflecte naturalmente a actual situação do atraso, como já foi referido do novo programa de financiamento comunitário Portugal 2020.

Recursos Humanos

A Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, manteve-se em vigor até à publicação da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2016.

I

Ao nível da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) o Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 21 de dezembro, veio implementar a subida da RMMG de € 505,00 para € 530,00. Esta medida produziu efeitos a 1 de janeiro de 2016.

II

Ao nível das reduções remuneratórias a LOE/2015 não contrariou o teor da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, que se manteve durante o ano de 2015, designadamente no que se refere ao disposto no artigo 4º (Reversão da redução remuneratória temporária) que previa que a redução remuneratória seria revertida em 20% a partir de 01.01.2015.

Foi, entretanto, publicada a Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, que veio estabelecer a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao longo do ano de 2016:

- a) 01.01.2016: reversão de 40% das remunerações;
- b) 01.04.2016: reversão de 60% das remunerações;
- c) 01.07.2016: reversão de 80% das remunerações;
- d) 01.10.2016: eliminação completa da redução remuneratória a partir de 01.10.2016.

O subsídio de Natal, em 2016, continuou a ser pago mensalmente, por duodécimos – artigo 20º da LOE/2016.

O subsídio de férias foi, em 2016, pago pelo Município do Fundão aos seus trabalhadores.

III

Cumprindo o disposto no artigo 18º da LOE/2016, manteve-se no ano de 2016, como medida de equilíbrio orçamental, a prorrogação dos efeitos dos artigos 38º a 46º e 73º da LOE/2015, que vedavam a prática de quaisquer actos que consubstanciassem valorizações remuneratórias. Nestes termos, o Município do Fundão não encetou qualquer procedimento que resultasse numa valorização remuneratória.

IV

Foi, de igual modo, cumprido o estipulado no artigo 45º da LOE/2015, cujos efeitos foram prorrogados pela LOE/2016, referente ao pagamento do trabalho extraordinário com a redução determinada por este diploma relativamente aos valores fixados na lei geral.

V

No que respeita à redução de trabalhadores, contrariamente aos anos precedentes, a LOE/2016 não impôs qualquer obrigação ao Município do Fundão. No entanto em 2016 o grupo municipal reduziu de 297 para 295.

VI

Estágios PEPAL

O Município do Fundão candidatou-se ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) e teve, desde 01.06.2015 e até 31.05.2016, sete estagiários em funções nas seguintes áreas:

- 1- Sociologia;
- 2- Relações Internacionais;
- 3- Teatro e Artes Performativas;
- 4- Música;
- 5- Engenharia Electromecânica;
- 6- Design Industrial;
- 7- Gestão Hoteleira.

Dívida e Endividamento

Natureza da dívida

Descrição	2015	2016
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo		
Empréstimos	60.545.547	55.093.936
Outros Credores de Longo Prazo leasing	2.344.635	2.011.885
Total Dívidas m/l prazo	62.890.182	57.105.821
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimo C.P.	6.521.693	6.578.676
Adiantamentos por conta de vendas	5.000	5.000
Fornecedores c/c	924.184	846.240
Fornecedores Imobilizado c/c	414.156	618.149
Estado e Outros Entes Públicos	90.046	74.457
Administração Autárquica	119.219	114.983
Outros Credores	1.501.845	1.091.395
Total Dívidas curto prazo	9.576.144	9.328.900
Total da Dívida	72.466.326	66.434.721

Podemos verificar neste quadro uma redução total da dívida de 6.031.605,00.

Voltamos a referir que se à dívida de curto prazo for expurgado o valor dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no prazo de um ano (6.578.675,74) temos uma dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores de 2.750.224,75 quando em 2015 era de 3.054.450,71 reduzindo desta forma 304.225,96.

No quadro da Lei entende-se que no total da dívida existem valores que não deveriam ser contabilizados por não se considerarem dívida gerada pelo Município como é o caso de valores retidos pelo município para entrega no mês seguinte à entidade correspondente, como é o caso do IRS retido nos vencimentos, os descontos para a segurança social e o valor do capital do Fundo de Apoio Municipal atribuído por força da Lei ao Município do Fundão e cuja realização está legalmente estabelecida em sete anos.

Para efeitos previstos na RFALEI a dívida a considerar é deduzida destes valores que totalizam 1.171.570,00 logo o valor total da dívida é de 65.263.151,00.

Dívida e Lei das Finanças Locais

Limite da Dívida

Perante a REFALEI os municípios que se encontram em excesso de dívida total (acima do limite da dívida), têm a obrigação de reduzir este mesmo excesso em 10%.

Vamos desta forma verificar o cumprimento desta obrigação:

Limite da Dívida Total 2016 – artigo 52º da RFALEI 31.640.580

Dívida Total a 31/12/2015 – 71.176.050,00

Excesso de Dívida a 31/12/2015 – 39.535.470,00

Dívida Total a 31/12/2016 – 65.263.151,00

Excesso da Dívida em 31/12/2015 – 33.622.571,00

Redução do Excesso – 5.912.899,00 ou seja $-14,95\% = 15\%$

O Município do Fundão cumpriu a redução do excesso em mais 5% do que ao qual se encontrava obrigado!

Pagamentos em atraso

O Município do Fundão desde 31/12/2013 e até 31/12/2016 não regista no portal da DGAL pagamentos em atraso.

Pelo que cumpre o objectivo principal do PAEL e da LCPA.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º conjugado com o artigo 83º da RFALEI os municípios devem cumprir com a regra do equilíbrio orçamental tanto na fase de elaboração do orçamento como na fase da execução.

A regra a aplicar é a seguinte

Receita Corrente = ou > Despesa Corrente + Média das Amortizações

Então temos:

(1) Receita Corrente 2016 = 21.225.272,57

(2) Despesa corrente 2015 = 15.239.818,47

(3) Média das amortizações a considerar = 5.647.654,23

(2) + (3) = 20.887.472,7

(1) é superior em 337.799,87

Pelo que se conclui que a execução do orçamento do ano 2016 cumpre com a regra do Equilíbrio Orçamental.

Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação dos resultados obtidos para resultados transitados.

Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação

- Balanço;
- Demonstração de Resultados,
- Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados;
- Controlo Orçamental da Despesa;
- Controlo Orçamental da Receita;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Fluxos de Caixa;
- Operações de Tesouraria;
- Modificações do Orçamento – Receita;
- Modificações do Orçamento – Despesa;
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Contratação Administrativa – Situação dos Contratos;
- Transferências Correntes – Despesa;
- Transferências de Capital – Despesa;
- Transferências Correntes – Receita;
- Transferências de Capital – Receita;
- Empréstimos;

- Outras Dívidas a Terceiros;

Anexos: Resumo Diário de Tesouraria; Síntese das Reconciliações Bancárias; Mapa de Fundos de Maneio; Relação de Acumulação de Funções e Relação Nominal de Responsáveis, relação dos descontos e retenções e entrega dos descontos e retenções.

Fazem ainda parte integrante da respectiva conta:

Relatório de acompanhamento do PAEL do ano 2016

Relação das dívidas de terceiros

Mapa dos compromissos Plurianuais

Devendo ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da referida Lei.